

## PROJETO 1

Área: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.

Projeto: Site do Planejamento Estratégico

Finalidade do Projeto: O projeto tem o objetivo de elaborar e implementar uma página própria para o Planejamento Estratégico no portal eletrônico do Poder Judiciário do Espírito Santo. A página servirá para reunir em um só espaço todas as informações referentes ao Planejamento Estratégico. Com isso, ampliaremos a publicidade e a transparência das ações realizadas pelo Poder Judiciário Capixaba, além de contribuir para a disseminação da cultura do planejamento estratégico e dar transparência às suas ações.

Áreas envolvidas no projeto: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Término previsto: 04/08/2015

Custo estimado: n/a

Principais entregas: A principal entrega do projeto é a publicação do site online no portal do PJES

Clientes da entrega: O demandante do projeto foi a própria Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. O projeto impactará todos os setores, uma vez que todos terão suas atividades publicadas, além da sociedade que poderá acompanhar a execução do Plano Estratégico.

Iniciativa estratégica vinculada: Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna do Poder Judiciário

Objetivo estratégico vinculado: APRIMORAR O RELACIONAMENTO COM O JURISDICIONADO, OPERADORES DO DIREITO E A SOCIEDADE.

## PROJETO 2

Área: Assessoria de Segurança Institucional

Projeto: Aquisição de Sistema de Monitoramento por Câmeras (2013.00.857.998)

Finalidade do Projeto: Adquirir Sistema de monitoramento por câmeras instaladas em locais de acesso e sensíveis, interligados com a Central de monitoramento do TJES em 21 unidades.

Áreas envolvidas no projeto: Assessoria de Segurança Institucional, Secretaria de Tecnologia da Informação, e Secretaria de Infraestrutura.

Término previsto: 31/12/2015

Custo estimado: R\$3.600.000,00

Principais entregas: Sistema de monitoramento por câmera para 21 unidades judiciárias (aproximadamente 25% do indicador correspondente).

Clientes da entrega: Unidades administrativas, magistrados, servidores, público externo e advogados.

Iniciativa estratégica vinculada: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Objetivo estratégico vinculado: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

## PROJETO 3

Área: Assessoria de Segurança Institucional

Projeto: Aquisição de Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso (2015.00.276.430)

Finalidade do Projeto: Aquisição de Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso para as unidades judiciárias interligados com a Central de monitoramento do TJES em 12 unidades.

Áreas envolvidas no projeto: Assessoria de Segurança Institucional, Secretaria de Tecnologia da Informação, e Secretaria de Infraestrutura.

Término previsto: 30/07/2016

Custo estimado: R\$5.000.000,00

Principais entregas: Sistema de monitoramento por alarmes para 12 unidades judiciárias (aproximadamente 15% do indicador correspondente).

Clientes da entrega: Unidades administrativas, magistrados, servidores.

Iniciativa estratégica vinculada: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Objetivo estratégico vinculado: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

## PROJETO 4

Área: Assessoria de Segurança Institucional

Projeto: Aquisição de Sistema de Monitoramento por Alarmes (2015.00.783.602)

Finalidade do Projeto: Aquisição de Sistema de Monitoramento por Alarmes para atualização tecnológica da Central de monitoramento do TJES

Áreas envolvidas no projeto: Assessoria de Segurança Institucional, Secretaria de Tecnologia da Informação, e Secretaria de Infraestrutura.

Término previsto: 30/04/2016

Custo estimado: R\$75.000,00

Principais entregas: Sistema de monitoramento por alarmes para 15 unidades judiciárias (aproximadamente 20% do indicador correspondente).

Clientes da entrega: Unidades administrativas, magistrados, servidores.

Iniciativa estratégica vinculada: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Objetivo estratégico vinculado: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

## PROJETO 5

Área: Assessoria de Segurança Institucional

Projeto: Aquisição de Sistema de Detecção de Metais (2015.01.061.499)

Finalidade do Projeto: Aquisição de Sistema de Detecção de Metais para 34 unidades judiciárias.

Áreas envolvidas no projeto: Assessoria de Segurança Institucional

Término previsto: 30/04/2016

Custo estimado: R\$600.000,00

Principais entregas: Sistema Detecção de Metais para 34 unidades judiciárias (aproximadamente 40% do indicador correspondente).

Clientes da entrega: Unidades administrativas, magistrados, servidores, público externo e advogados.

Iniciativa estratégica vinculada: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Objetivo estratégico vinculado: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

## PROJETO 6

Área: Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES)

Projeto: Curso de Formação Continuada – Novo Código do Processo Civil

Finalidade do Projeto: Capacitar os Magistrados do PJES no Novo Código do Processo Civil.

Áreas envolvidas no projeto: O projeto é fundamental, especialmente para os Magistrados que atuam na área cível, e que a partir de 2016, passarão a aplicar o Novo Código do Processo Civil no exercício da prestação jurisdicional.

Término previsto: O primeiro curso está previsto para terminar em outubro.

Custo estimado: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais). É o valor que será gasto com a remuneração dos Docentes a serem contratados.

Principais entregas: A principal entrega se refere aos Magistrados capacitados no Novo Código do Processo Civil. Para que esta capacitação seja viabilizada, a EMES deverá executar todas as ações previstas no cronograma.

Clientes da entrega: Os principais beneficiados serão os Magistrados, que poderão desenvolver o seu trabalho com mais eficácia e celeridade, e os cidadãos, que poderão receber respostas mais rápidas e efetivas da Justiça.

Iniciativa estratégica vinculada: Elaborar e implementar programa de capacitação dos servidores e magistrados para atividade judiciária.

Objetivo estratégico vinculado: Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade.

## PROJETO 7

**Área:** Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.

**Projeto:** Reformar as unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário.

**Finalidade do Projeto:** Reformar as unidades do Poder Judiciário para proporcionar melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnica e regras do CNJ. Poderá incluir ou não a ampliação da edificação, dependendo da necessidade de cada edificação.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária. Eventualmente haverá envolvimento da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Assessoria de Segurança Institucional.

**Término previsto:** conforme detalhamento nas principais entregas.

**Custo estimado:** Previsão anual de investimento de aproximadamente 6 milhões de reais.

**Principais entregas:**

- 2016:

- o Tribunal de Justiça: instalações elétricas e de cabeamento estruturado dos novos gabinetes e da sala de monitoramento; subestação; impermeabilização da cobertura;
- o Fórum Cível de Vitória: manutenção da fachada;
- o Fórum de Vila Velha (Prainha): cobertura;
- o Fórum de Viana: cisterna;
- o Fórum de Marataízes: subestação e sistema de proteção contra descargas elétricas (SPDA);
- o Fórum de Itapemirim: celas e banheiros;
- o Fórum de Baixo Guandu: reforço da fundação;

- 2017:

- o Tribunal de Justiça: banheiros públicos e áreas de circulação interna; galpão do almoxarifado e transportes;
- o Fórum Cível e Criminal de Vitória: drenagem dos equipamentos de ar condicionado;
- o Fórum de Guarapari: reforma geral;
- o Fórum de Conceição do Castelo: reforma geral;
- o Fórum de Baixo Guandu: reforma geral;

- 2018:

- o Tribunal de Justiça: estacionamento externo;
- o Fórum de Alfredo Chaves: reforma geral;

- 2019:

- o Tribunal de Justiça: reforma de todos os gabinetes;
- o Fórum de Vila Velha (Prainha): reforma geral;
- o Fórum de Muniz Freire: reforma geral.

As entregas acima não concluem a iniciativa, tendo em vista a necessidade constante de reforma das edificações do Poder Judiciário Estadual. As entregas foram planejadas considerando o Plano de Obras vigente e as prioridades definidas na atual Administração.

**Cientes da entrega:**

Servidores, magistrados e a população da Comarca, Presidência, Secretaria Geral e CNJ.

**Iniciativa estratégica vinculada:**

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020

**Objetivo estratégico vinculado:**

Disponer de infraestruturas que satisfaçam as exigências operacionais.

## PROJETO 8

**Área:** Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.

**Projeto:** Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais.

**Finalidade do Projeto:** Viabilizar a instalação de um centro para reunir o Colegiado Recursal e todos os juizados especiais, cíveis e criminais, da Comarca de Vitória.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária. Eventualmente haverá envolvimento da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Assessoria de Segurança Institucional.

**Término previsto:** Vinculado à decisão da Administração.

**Custo estimado:** Previsão anual de custo em locação para os imóveis em fase de contratação de aproximadamente 1 milhão de reais.

**Principais entregas:**

- Transferência do Colegiado Recursal e 4º e 5º Juizados Especiais Cíveis para novo imóvel: Dezembro/2015
  - o Chamamento público em andamento.
- Transferência do 8º e 9º Juizados Especiais Cíveis para novo imóvel: Outubro/2015
  - o Em fase de celebração do contrato de locação.

As entregas acima não concluem a iniciativa, tendo em vista não englobarem todos os juizados especiais da Comarca de Vitória.

**Clientes da entrega:** Servidores, magistrados e a população da Comarca de Vitória, Presidência, Secretaria Geral.

**Iniciativa estratégica vinculada:** Estabelecer nova estrutura física para o CAJE, englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória.

**Objetivo estratégico vinculado:** Dispor de infraestruturas que satisfaçam as exigências operacionais.

## PROJETO 9

**Área:** Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.

**Projeto:** Mudança do Fórum de Vitória.

**Finalidade do Projeto:** Estudo de viabilidade para transferência do Fórum de Vitória para outra edificação com melhor infraestrutura

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária. Eventualmente haverá envolvimento da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Assessoria de Segurança Institucional.

**Término previsto:** Vinculado à decisão da Administração quanto à escolha da alternativa.

**Custo estimado:**

- Alternativas para transferência do Fórum Cível:
  - o Previsão anual de custo em locação: aproximadamente 6 milhões de reais.
  - o Previsão de custo em aquisição: aproximadamente 75 milhões de reais.
  
- Alternativas para transferência do Fórum Criminal: sem definição.

**Principais entregas:**

- Transferência do Fórum Cível:
  - o Aquisição de imóvel: chamamento público concluído; 06 propostas apresentadas.
  - o Locação de imóvel: chamamento público em andamento.
  
- Transferência do Fórum Criminal: sem definição.

**Clientes da entrega:** Servidores, magistrados e a população da Comarca de Vitória, Presidência, Secretaria Geral.

**Iniciativa estratégica vinculada:** Estabelecer nova estrutura física para o Fórum de Vitória.

**Objetivo estratégico vinculado:** Dispor de infraestruturas que satisfaçam as exigências operacionais.

## PROJETO 10

**Área: Secretaria de Gestão de Pessoas**

**Projeto: SGP 01 - Mapeamento de Competências Gerenciais do PJES**

**Finalidade do Projeto:**

- **Atender a demanda do CNJ** - que instituiu como meta para a Justiça Estadual o mapeamento de, pelo menos, 60% das competências do 1º Grau, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências. Além disso, foi criada a Resolução nº 49/2009, a qual dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para o período de 2010-2015 e estabelece como um de seus objetivos estratégicos “Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de servidores e magistrados”.
- Sensibilizar os servidores e magistrados no processo de mapeamento de competências;
- Sensibilizar a alta gerência para apoio institucional ao mapeamento e à implantação do projeto;
- Capacitar conceitual, técnica e operacional da equipe gestora do projeto em Gestão de Pessoas por Competências, com especificidade e profundidade em mapeamento de competências;
- Obter critérios objetivos, claros e mensuráveis para selecionar, alocar e desenvolver o corpo gerencial do PJES;
- Desenvolver base teórica, técnica e operacional para iniciar a implantação do modelo “Gestão de Pessoas por Competências” no PJES.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Infraestrutura.

**Término previsto:** Dez/2016.

**Custo estimado:** R\$ 500.000,00

**Principais entregas:**

- Elaborar Termo de Referência para contratação de empresa terceirizada;
- Mapear as competências gerenciais dos servidores e magistrados de 1ª e 2ª instância do PJES e da Corregedoria Geral da Justiça;
- Identificar e avaliar o gap de competências gerenciais dos servidores e magistrados de 1ª e 2ª instância do PJES e da Corregedoria Geral da Justiça;
- Elaborar planos de desenvolvimento gerencial com base nos gaps de competências identificados, contendo cronograma de implantação de suas fases, instituído e gerenciado nos moldes de Gestão de Projetos;
- Capacitar a equipe de servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que auxiliará na implantação e gestão da metodologia;
- Definir estratégias para gestão da mudança e suporte técnico-operacional na implementação destas estratégias;

- Definir Projeto “Gestão por Competências no PJES”

**Cientes da entrega:** Unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º graus e CNJ

**Iniciativa estratégica vinculada:** 8.13.4.1 - Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais

**Objetivo estratégico vinculado:** 8.13 - Implantar o Modelo de Gestão por Competências.

## PROJETO 11

**Área: Secretaria de Gestão de Pessoas**

**Projeto: SGP 02 - Provimento de vagas por concurso público**

**Finalidade do Projeto:**

A Administração Pública, direta e indireta, de todos os Poderes, tem sua atuação pautada por princípios previstos constitucionalmente, entre eles a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a realização de concurso público para provimento das vagas de seu quadro de pessoal.

Nos termos do inc. II, art. 37 da Constituição Federal, a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, observando-se, ainda, quanto ao quadro de pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicações, o disposto na Resolução nº 90/2009 do CNJ. Tendo em vista a vacância de cargos no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, junto às unidades da Instituição, é imprescindível a contratação de instituição especializada para a realização do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Infraestrutura.

**Término previsto:** Dez/2016.

**Custo estimado:** R\$ 2.000.000,00

**Principais entregas:**

- Elaborar Termo de Referência para contratação de empresa terceirizada para a realização do concurso público;
- Estabelecer o quadro geral de vagas de servidores;
- Confeccionar a minuta do projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002, fixando o quadro geral de vagas.
- Aprovar projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002, fixando o quadro geral de vagas.
- Realizar concurso público.
- Prover vagas.

**Clientes da entrega:** Unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º graus

**Iniciativa estratégica vinculada:**

8.13.4. Implantação de processos de provimento e movimentação de pessoas

8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

**Objetivo estratégico vinculado:** 8.13 - Implantar o Modelo de Gestão por Competências.

## PROJETO 12

### **Área: Secretaria de Gestão de Pessoas**

### **Projeto: SGP 03 - Distribuição das vagas de estágio e provimento das vagas por meio de seleção**

#### **Finalidade do Projeto:**

Disciplinar a distribuição das vagas de estágio dentro do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, determinando, a partir de critérios lógicos e objetivos, o número de vagas de estágio para as áreas administrativa e judiciária de primeiro e segundo grau, de forma a possibilitar o atendimento efetivo às demandas dos jurisdicionados.

Implementar o provimento das vagas de estágio de graduação e de conciliadores por meio de processo seletivo.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Infraestrutura.

**Término previsto:** Junho/2016.

**Custo estimado:** R\$ 500.000,00

#### **Principais entregas:**

- Elaborar metodologia que estabeleça critérios objetivos para o provimento das vagas de estágio.
- Estabelecer o quadro geral de vagas de estágio;
- Confeccionar a Resolução.
- Aprovar Resolução, fixando o quadro geral de vagas.
- Confeccionar termo de referência para contratação do processo seletivo.
- Distribuir vagas.

**Cientes da entrega:** Unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º graus.

#### **Iniciativa estratégica vinculada:**

8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

**Objetivo estratégico vinculado:** 8.13 - Implantar o Modelo de Gestão por Competências.

## PROJETO 13

**Área: Secretaria de Gestão de Pessoas**

**Projeto: SGP 04 - Normatização do Trabalho Voluntário no PJES**

**Finalidade do Projeto:**

Instituir e regulamentar o recrutamento e a atuação de pessoas que querem prestar serviços voluntários no âmbito da Justiça do Estado do Espírito Santo, instituindo o Programa de Serviço Voluntário no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Coordenadoria de Infância e Juventude e Secretaria de Gestão de Pessoas.

**Término previsto:** Setembro/2015.

**Custo estimado:** sem custo

**Principais entregas:**

- Confeccionar a Resolução.
- Aprovar Resolução.

**Clientes da entrega:** Unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º graus.

**Iniciativa estratégica vinculada:** 8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

**Objetivo estratégico vinculado:** 8.13 - Implantar o Modelo de Gestão por Competências.

## PROJETO 14

**Área: Secretaria de Gestão de Pessoas**

**Projeto: SGP 05 - Distribuição da Força de Trabalho**

**Finalidade do Projeto:**

Instituir e regulamentar metodologia de distribuição de servidores, com critérios objetivos, vinculados à demanda operacional.

Atender à META 03 do CNJ de 2013 - Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, Secretaria Geral, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e Secretaria de Gestão de Pessoas.

**Término previsto:** Dezembro/2016.

**Custo estimado:** sem custo

**Principais entregas:**

- Elaborar minuta do projeto de lei que altera Lei 234/2002, de forma a permitir a movimentação dos servidores por critérios objetivos.
- Aprovar minuta do projeto de lei.
- Elaborar minuta de resolução com proposta de critérios para a movimentação dos servidores conforme demanda.
- Aprovar minuta de resolução.
- Implantar distribuição.

**Clientes da entrega:** Servidores, Unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º graus.

**Iniciativa estratégica vinculada:** 8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

**Objetivo estratégico vinculado:** 8.13 - Implantar o Modelo de Gestão por Competências

## PROJETO 15

**Área:** Secretaria de Tecnologia da Informação

**Projeto:** Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe

**Finalidade do Projeto:** O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros.

O objetivo principal buscado pelo CNJ é elaborar e manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

Além desse grande objetivo, o CNJ pretende fazer convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma solução única, gratuita para os próprios tribunais e atenta para requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 185/ 2013 - Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais no âmbito do Poder Judiciário e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Tal sistema substituirá a tramitação de autos em meio físico, atualmente realizados em papel e gerido pelo sistema EJUD, pelo meio eletrônico. Cabe ressaltar que há funcionalidades básicas necessárias, tais como Central de Mandados, configuração de Modelos de Documento e distribuição automática, que são indispensáveis à celeridade e qualidade da prestação jurisdicional.

**Áreas envolvidas no projeto:**

- Presidência;
- CNJ;
- Unidades Judiciais de 1ª instância;
- Secretaria de Tecnologia da Informação;

**Término previsto:** 18/12/2015 – Fase I

**Custo estimado:** R\$ 62.500,00 (treinamento)

**Principais entregas:**

- Competência abrangida: Execução Fiscal Municipal, Estadual.
- Classes abrangidas: todas que tramitem nessa competência.

- Processos abrangidos: somente processos novos e sem qualquer vínculo com outro já existente.
- Unidade Piloto: Fazenda Pública Municipal da Serra.
- Data da implantação: 29/Abril/2015.
- Previsão nas demais: 36 Unidades Judiciárias até dezembro de 2015.

**Cientes da entrega:**

- Magistrados;
- Servidores;
- Sociedade;
- Ministério Público Estadual;
- Procuradorias Estaduais e Municipais;
- Defensoria Pública;
- OAB;
- Presidência do Tribunal de Justiça;
- Corregedoria Geral de Justiça;

**Iniciativa estratégica vinculada:** Implantar o Processo Judicial Eletrônico

**Objetivo estratégico vinculado:** Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

## PROJETO 16

**Área:** Secretaria de Tecnologia da Informação

**Projeto:** Contratar e Implantar o serviço de suporte técnico - Service Desk

**Finalidade do Projeto:** A infraestrutura de Tecnologia da Informação constitui-se de elementos que são essenciais para que o Poder Judiciário possa desempenhar adequadamente suas funções. Mesmo tendo como atividade fim a prestação de serviços jurisdicionais, a Tecnologia da Informação é ferramenta essencial para o cumprimento das ações do PJES.

O nível de investimento tecnológico realizado pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – PJES reflete, em sua maior marca, na celeridade do processo judiciário. Em contrapartida, observa-se a grande demanda por infraestrutura tecnológica que suporte o volume de operações eletrônicas tratadas pelo PJES.

Atualmente a STI possui a Seção de Atendimento (HelpDesk) responsável pelo atendimento de 1º nível, sendo ponto de contato e relacionamento com os usuários internos e externos do Poder Judiciário, não sendo possível, com a atual estrutura, propiciar o apoio necessário para a solução dos problemas relativos ao ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação. Esta seção é composta por 02 servidores efetivos e 15 estagiários.

A grande quantidade de estagiários na seção permite apenas o atendimento básico diante do grande volume de demandas. É necessário ressaltar que este tipo de mão de obra não substitui a presença de um servidor ou profissional capacitado, visto que o estagiário ainda está em início de carreira, e muitas vezes não possui conhecimento e experiência necessária para atuação.

Algumas solicitações necessitam de resoluções mais rápidas, pois envolvem sistemas de uso dos Magistrados, como o Bacenjud, Infoseg, Infojud, Renajud e Central de Mandados, em que a demora no atendimento, pode resultar em prejuízo para o jurisdicionado, por exemplo, na demora na expedição do alvará de soltura, ocasionando atraso no cumprimento da ordem determinada pelo Magistrado.

Além disso, com a implantação do PJe, haverá um aumento considerável de demandas para a STI. A estimativa é que o PJe seja implantado em até 36 varas no ano de 2015, o que aumentará o volume de requisições ao Tribunal de Justiça através do HelpDesk da STI.

Por outro lado, denominado na STI de 2º nível, o Tribunal de Justiça conta com apenas três servidores que prestam o atendimento tecnológico a todos os servidores e desembargadores, o que ocasiona o atraso no atendimento e descontentamento geral com os serviços prestados. Ressalta-se que os mesmos servidores que prestam esse atendimento são os que também atendem a todo o interior, aumentando ainda mais a carga de trabalho, além de não poder atender a contento a primeira instância do PJES. Para amenizar a situação, a seção conta com 5 estagiários, que auxiliam o atendimento, mas não resolve a situação pelos mesmos motivos expostos acima.

Considerando a situação, de faz-se necessário a contratação de empresa especializada na prestação de atendimento de 1º e 2º níveis de TI para suportar o atendimento da demanda.

**Áreas envolvidas no projeto:**

- Presidência;
- STI;

**Término previsto:** 30/10/2015

**Custo estimado:** R\$ 1.584.000,00

**Principais entregas:**

O serviço contratado deverá contemplar:

- a) Planejamento, estruturação, implantação e operação da Central de Serviços (Service Desk) e operação de acordo com os processos de Cumprimento de Requisição, Gerenciamento de Incidente, Gerenciamento de Problema, Gerenciamento de Mudanças, Gerenciamento de Liberação e Implementação, Gerenciamento do Conhecimento, Gerenciamento de Nível de Serviço, Gerenciamento do Catálogo de Serviço e Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço, segundo as melhores práticas preconizadas pela ITIL V3 2011, ou superior;
- b) Operação do Sistema de Gestão de Service Desk;
- c) Serviço de atendimento e suporte técnico especializado de primeiro nível (remoto);
- d) Serviço de atendimento e suporte técnico especializado de segundo nível (remoto e presencial);
- e) Supervisão de atendimento;
- f) Serviço de Gestão da Base de Conhecimento.

**Clientes da entrega:**

- Magistrados;
- Servidores;
- Usuários externos;

**Iniciativa estratégica vinculada:** Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk

**Objetivo estratégico vinculado:** Implantar a Governança de TI

## PROJETO 17

**Área:** Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

**Projeto:** Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI

**Finalidade do Projeto:**

*Para o Ministro Aroldo Cedraz do TCU, “Governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. Seu objetivo, pois, é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização.” (Voto do Ministro Relator – Acórdão 2.308/2010 – Plenário)*

*Para o Information Technology Governance Institute (ITGI), “governança de TI é de responsabilidade dos executivos e da alta direção, consistindo em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização.”*

*Observa-se, portanto, que a “Governança Corporativa” tem foco no direcionamento e monitoramento da gestão da instituição, e busca permitir a intervenção dos responsáveis finais sempre que houver desvio em relação ao esperado. Em última instância, esses responsáveis são os detentores da propriedade: sócios e acionistas, no caso das organizações privadas, e a sociedade, no caso das organizações públicas federais.*

*Já a “Governança de TI” tem foco no direcionamento e monitoramento das práticas de gestão e uso da TI de uma organização, tendo como indutor e principal beneficiário a alta administração da instituição. (<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca-de-ti/entendendo-a-governanca-de-ti/>)*

Visando a implantação da Governança de TI, temos como um dos pilares a implantação do Gerenciamento de Serviços de TI através da ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), um conjunto de boas práticas reconhecido mundialmente que tem como objetivos:

- Melhorar atendimento e acompanhamento de incidentes;
- Melhorar qualidade de serviço – suporte mais confiável ao negócio;
- Melhorar a satisfação dos usuários quanto ao atendimento prestado pela TI;
- Prover uma visão mais clara da capacidade atual da TI;
- Reduzir custos com a utilização efetiva dos serviços de TI;
- Aumentar a produtividade dos usuários;
- Aumentar a disponibilidade dos serviços de TI;
- Melhorar o padrão de atendimento ao usuário de TI, o que permitirá maior eficiência nas atividades dos colaboradores que dependam de recursos de TI;
- Aumentar a disponibilidade dos serviços através de redução do tempo de atendimento a incidentes;

- Diminuir o tempo de atendimento através do gerenciamento e utilização de base de conhecimentos;
- Reduzir o volume de incidentes através de processos de gerenciamentos de serviços de TI.

**Áreas envolvidas no projeto:**

- Presidência;
- Secretaria Geral;
- STI;

**Término previsto:** 31/03/2016

**Custo estimado:** R\$ 1.300.000,00

**Principais entregas:** Aquisição de e implantação dos itens abaixo:

- 1) Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL – Information Technology Infrastructure Library – compreendendo o fornecimento de licenças de software que atendam às disciplinas ITIL V3 com gestão e controle de estações de trabalho (Inventário, Distribuição e Atualização de Softwares);
- 2) Serviço de implantação de processos conforme a ITIL V3;
- 3) Serviço de treinamento para capacitação operacional e administrativa para utilização da ferramenta implantada.

**Clientes da entrega:**

- Magistrados;
- Servidores;
- Sociedade;

**Iniciativa estratégica vinculada:** Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI

**Objetivo estratégico vinculado:** Implantar a Governança de TI

## PROJETO 18

**Área:** Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

**Projeto:** Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional

**Finalidade do Projeto:**

O projeto de reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação recebeu destaque na priorização dos trabalhos de priorização das iniciativas do planejamento estratégico do PJES 2015/2020, sendo classificado como a iniciativa de maior prioridade. Importante ressaltar que esse resultado evidencia a necessidade da execução de tal iniciativa que servirá de base para o suporte às demais iniciativas estratégicas do PJES.

O quadro atual de servidores não permite que a Secretaria de Tecnologia atenda as demandas das demais áreas do PJES, além de não atender as demandas geradas pela primeira instância. Na atual situação, desde projetos de suma importância, como a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, até a sustentação de sistemas já em produção, encontram-se com um alto grau de risco de descontinuidade por falta de recursos humanos, expondo o Poder Judiciário a possíveis paralisações da prestação jurisdicional no primeiro e no segundo grau.

Insta ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo ficou em último lugar nacional no ranking do Conselho Nacional de Justiça quanto à adequação da área de Tecnologia, resultado esse principalmente devido a falta de recursos humanos. O projeto tem como principal objetivo reestruturar a Secretaria de Tecnologia da Informação com base na Resolução 90/2009 do CNJ no que tange a estrutura organizacional e número de servidores.

**Áreas envolvidas no projeto:**

- Presidência;
- Secretaria Geral;
- STI;
- Secretaria de Gestão de Pessoas;

**Término previsto:** Em atraso, prazo estabelecido pela Resolução 90/2009 era de 31/12/2014.

**Custo estimado:** Em análise pela Assessoria de Planejamento e Gestão

**Principais entregas:**

- Realizar estudos de viabilidade;
- Elaborar minuta de projeto de lei;
- Elaborar estudo de impacto orçamentário;
- Enviar estudo para análise da Presidência e Secretaria Geral;
- Projeto encaminhado para Assembleia legislativa;
- Projeto de Lei Sancionado;

**Clientes da entrega:**

- Poder Judiciário;
- Sociedade;

**Iniciativa estratégica vinculada:** Reestruturar a STI – Recursos Humanos e Estrutura Organizacional

**Objetivo estratégico vinculado:** Implantar a Governança de TI

## PROJETO 19

**Área:** Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs.

**Projeto:** Criar e Implantar CEJUSCs.

**Finalidade do Projeto:** Criar e implantar os CEJUSCs em 12 (doze) Comarcas do Estado (antigas Comarcas denominadas da Capital e 3ª Entrância) e 01 (um) CEJUSC em 2º grau a fim de que seja cumprida na íntegra a Res.125/10, Meta 3 do CNJ (que impacta nas Metas 1 e 7), Lei da Mediação e que atenda ao novo Código de Processo Civil (entrada em vigor março/2016).

**Áreas envolvidas no projeto:** Presidência, NUPEMEC, Coordenadoria dos CEJUSCs, EMES, Secretaria de Finanças, Secretaria de Tecnologia da Informação, Compras, Patrimônio, Engenharia, Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretorias dos Foros das Comarcas em questão.

**Término previsto:** março de 2016.

**Custo estimado:** R\$ 650.000,00

**Principais entregas:** Diminuição do número de conflitos judicializados, prevenção de litígios através do atendimento pré-processual, processual e de cidadania voltados à realização de conciliação e mediação como forma de desenvolvimento da cultura de pacificação social. Para tanto é necessária a adequação da legislação interna, a formação do grupo de instrutores pelo CNJ para que conciliadores e mediadores sejam treinados e capacitados com a finalidade de atuarem em espaço adequado no que diz respeito à recursos humanos, materiais e tecnológicos, propiciando atendimento digno ao cidadão.

**Clientes da entrega:** Cidadão, Servidores e Magistrados dos Juízos, Juizados ou Varas, com competência na área cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e fazendários.

**Iniciativa estratégica vinculada:** Criar e implantar os CEJUSCs

**Objetivo estratégico vinculado:** 3.05 - Estruturar o Sistema de Meios alternativos de Solução de Conflitos.